



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PRÁTICA DE PESQUISA

ARTHUR GUSTAVO DIAS ARAGÃO

**O PAPEL DA IGREJA NO CONCÍLIO DE CLERMONT QUE EFETIVOU A
PRIMEIRA CRUZADA.**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
2022**

ARTHUR GUSTAVO DIAS ARAGÃO

**O PAPEL DA IGREJA NO CONCÍLIO DE CLERMONT QUE
EFETIVOU A PRIMEIRA CRUZADA.**

Artigo Acadêmico apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) requerido para aquisição de nota da disciplina “Prática de Pesquisa”.

Orientado pelo Prof. Dr. Alfredo Julien.

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2022

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica acerca dos estudos que retratam sobre a igreja na época das cruzadas e do Concílio de Clermont, realizado em 1095, no período conhecido como Idade Média. O trabalho está dividido em três seções: a primeira seção trata sobre a Igreja como instituição na Idade Média; a segunda seção adentra na importância da igreja e de Foucher de Chartres no Concílio de Clermont, para lançar a primeira Cruzada; a terceira seção busca analisar e debater, inicialmente, o significado do termo “Cruzadas”, e posteriormente ponderar sobre a Primeira Cruzada. Para tal fim, em busca do aprofundamento do presente estudo, a pesquisa se reveste de caráter qualitativo, sendo utilizado o método de revisão bibliográfica, analisando assim obras da literatura existente acerca da temática trabalhada, relacionando-as com estudos e produções científicas sobre a civilização do ocidente medieval, onde está inserido a temática da Igreja, e em obras que trabalham a temática das cruzadas, o que engloba o Concílio de Clermont e a primeira cruzada. Os resultados indicam que o movimento da cristandade para o Oriente só foi possível devido as ações da Igreja e do papado ocorridos durante ao Concílio de Clermont, o qual o Papado convocou os fiéis para liberar os locais santos de Jerusalém e ajudar Bizâncio contra os árabes e os infiéis. Como consequência do Concílio de Clermont, houve a Primeira Cruzada, uma expedição que reuniu cristãos ocidentais que foram ao oriente cumprir os objetivos expostos pelo Pontífice.

Palavras-Chave: Concílio de Clermont. Cruzadas. Idade Média. Igreja. Pontífice.

RESUMÉN

La investigación tiene como objetivo presentar una revisión bibliográfica sobre los estudios que retratan la iglesia en la época de las cruzadas y el Concilio de Clermont, realizado en 1095, en el período conocido como la Edad Media. La obra se divide en tres apartados: el primero trata de la Iglesia como institución en la Edad Media; el segundo apartado ahonda en la importancia de la iglesia y de Foucher de Chartres en el Concilio de Clermont, para poner en marcha la primera Cruzada; la tercera sección busca analizar y debatir, inicialmente, el significado del término “Cruzadas”, y luego reflexionar sobre la Primera Cruzada. Para ello, en busca de profundizar el presente estudio, la investigación tiene un carácter cualitativo, utilizando el método de revisión bibliográfica, analizando así trabajos de la literatura existente sobre el tema trabajado, relacionándolos con estudios y producciones científicas sobre la civilización del occidente medieval, donde se inserta el tema de la Iglesia, y en obras que tratan el tema de las cruzadas, que incluye el Concilio de Clermont y la primera cruzada. Los resultados indican que el movimiento de la cristiandad hacia Oriente solo fue posible gracias a las acciones de la Iglesia y el papado que se produjeron durante el Concilio de Clermont, en el que el Papado convocó a los fieles para liberar los lugares santos de Jerusalén y ayudar a Bizancio contra los árabes y los infieles. Como consecuencia del Concilio de Clermont, se produjo la Primera Cruzada, expedición que reunió a los cristianos occidentales que se dirigían a Oriente para cumplir los objetivos marcados por el Pontífice.

Palabras clave: Concilio de Clermont. cruzadas Edad Media. Iglesia. Pontífice.

SUMÁRIO

1 Introdução	3
2 A Igreja como Instituição na Idade Média	5
2.1 A Questão da Guerra para Igreja	8
3 O Concílio de Clermont (1095)	10
3.1 Foucher de Chartres e o Concílio de Clermont	12
4 As Cruzadas na Historiografia	15
4.1 A Primeira Cruzada	17
5 Considerações Finais	20
6 Referências	22

“Nesse mundo feudal, penso que nada de importante se passa sem que seja relacionado a Deus. Deus é ao mesmo tempo o ponto mais alto e fiador desse sistema”.¹

Trecho retirado do livro *O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier* de Jacques Le Goff

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a temática das cruzadas, em especial do papel da Igreja no Concílio de Clermont em 1095 que vai lançar o movimento das cruzadas. Como resultado do discurso feito por Urbano II, cristãos ocidentais foram em direção ao Oriente ajudar os seus irmãos Bizantinos e recuperar os locais considerados santos. Efetivando assim o que viria a ser conhecido como a primeira cruzada (1096-1099). Por isso, o estudo tem como delimitação a Igreja a partir do ano mil, o Concílio de Clermont, até o fim do movimento que originou deste, tratado aqui como a primeira cruzada.

Diante disso, é necessário debater o conceito do termo cruzada, visto que não possui um consenso na historiografia. Tanto na historiografia ocidental em que se destaca três grupos, os tradicionalistas, pluralistas e os intermediários entre as duas posições anteriores. Quanto na historiografia dos árabes, esse movimento apresenta divergência entre os seus historiadores, pois cada corrente apresenta uma definição, assim como no Ocidente.

Desse modo, a Igreja apresenta um papel fundamental para esse movimento, pois além de ser a instituição dominante da Idade Média, o Papado era a instituição principal para aqueles cristãos ocidentais que viviam naquele período. E, foi exatamente deste último que veio o chamado de pegar em armas e partir rumo ao Oriente, levar a ajuda que o imperador bizantino havia pedido e de recuperar os locais sagrados para o cristianismo, para que aqueles peregrinos pudessem pagar a sua penitência.

Portanto, ao retratar a temática das cruzadas não é possível retirar a Igreja dos estudos, pelo fato de ser uma instituição importante e vir do seu membro mais importante, que estava no topo da hierarquia da Igreja, o discurso de pegar em armas. O que necessitou, de seus membros mais eruditos justificar o uso da violência condenado por Jesus Cristo.

¹Le Goff, Jacques. *O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021.

A Igreja durante os séculos XI e XII, foi importante não só para as suas funções religiosas. Visto que, devido a seus investimentos possibilitou um crescimento econômico na sociedade, porque possuía recursos durante um período em que não se tinha riquezas disponíveis em circulação. Com isso, a Igreja pôde reformar e construir as Catedrais que reuniam seus fiéis. Assim, outro fator importante das cruzadas, é que a produção literária que antes era controlada pela Igreja, com as crônicas e relatos feitos pelas testemunhas a exemplo do Foucher de Chartres com a sua *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinatium*, a Igreja perdeu esse domínio das obras literárias que passaram a ser feitas principalmente por intelectuais.

De modo que, o trabalho foi desenvolvido a partir do problema: Qual foi o papel desempenhado pela Igreja no Concílio de Clermont, que foi responsável por efetivar o movimento das cruzadas? Dado a importância do movimento lançado pelo pontífice da Igreja Urbano II, que levou os cristãos ocidentais em expedições bélicas para o Oriente. Portanto, saber os atos da Igreja que levaram a violência, é de extrema importância para o entendimento da sociedade medieval.

A partir dessa problemática foram elaborados os objetivos para serem trabalhados no estudo. Posto isto, o objetivo geral do trabalho consiste em fazer uma revisão bibliográfica acerca dos estudos que retratam sobre a igreja na época das cruzadas e do Concílio de Clermont, realizado em 1095, no período conhecido como Idade Média

Para alcançar esse objetivo geral foi necessário definir os seguintes objetivos específicos: 1. Saber qual a função desempenhada pela Igreja no ocidente medieval a partir do ano mil; 2. Como foi trabalhado a questão do uso da violência dentro da Igreja e como isso foi passado para os seus fiéis; 3. Saber o que aconteceu durante o Concílio de Clermont e como ele chegou até os dias de hoje; 4. Tratar sobre os principais movimentos da expedição lançada pelo concílio, conhecida como a primeira cruzada.

O estudo reveste-se de caráter qualitativo, sendo utilizado o método de revisão bibliográfica, analisando assim obras da literatura existente acerca da temática trabalhada, relacionando-as com estudos e produções científicas da área. O referencial teórico utilizado divide-se em estudos sobre a civilização do ocidente medieval, onde está inserido a temática da Igreja, e em obras que trabalham a temática das cruzadas, o que engloba o Concílio de Clermont e a primeira cruzada.

O referencial teórico está estruturado em três seções de desenvolvimento. A primeira seção trata sobre a Igreja como instituição na Idade Média. A segunda seção adentra na importância da igreja e de Foucher de Chartres no Concílio de Clermont, para lançar a primeira

Cruzada. A terceira seção busca analisar e debater, inicialmente, o significado do termo “Cruzadas”, e posteriormente ponderar sobre a Primeira Cruzada.

Posto isto, acredita-se que a pesquisa apresentou um resultado positivo diante da problemática proposta. Uma vez que, evidência os movimentos realizados pelo papado e a Igreja que contribuem para que fosse possível lançar um movimento de cristãos armados através da espada para o Oriente.

2. A IGREJA COMO INSTITUIÇÃO NA IDADE MÉDIA

Sabe-se que a sociedade medieval estava dividida em três: os que oram (clero), os que combatem (nobres) e os que trabalham (servos), de maneira que essas três classes estavam interligadas (LE GOFF, 2005, p.258). Aqueles que oram estavam no topo das três ordens existentes no feudalismo. Com isso, a relação entre os membros do clero com os laicos vai estabelecer a estrutura da sociedade feudal. Portanto, temos na Idade Média a Igreja como instituição dominante desse período (BASCHET, 2006, p.167) e o Papado como principal instituição para os cristãos do ocidente (TOYNBEE, 1979, p. 545).

A casa de Deus, que acreditam uma, está pois divididas em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Estas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada um por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto. Por conseguinte, este triplo conjunto não deixa de ser um; e é assim que a lei pode triunfar, e o mundo gozar da paz (PEDRERO-SANCHEZ, 2000, p. 91).

Portanto, o que significava a Igreja para esse Período? A princípio o termo vai estar relacionado a seus fiéis enquanto comunidade, tanto no Ocidente, quanto no Império Bizantino. Posteriormente, é que vai ser adicionado ao termo Igreja o significado de lugar onde se presta o culto e do edifício de reunião dos fiéis (BASCHET, 2006, p.167).

Com isso, a partir dos séculos XI e XII a igreja vai estar relacionada aos seus membros eclesiásticos, enquanto para o coletivo de seus seguidores vai ser utilizado o termo cristandade. Como consequência temos a separação entre aqueles que pertenciam a camada social do clero e daqueles que não faziam parte dela, os laicos (BASCHET, 2006, p. 168).

Dessa maneira, segundo Baschet (2006, p. 175) não se deve separar o material e espiritual da Igreja, pois:

Na lógica do sistema medieval, tal divisão não tem sentido, pois a Igreja se define nela pelo fato de ser ao mesmo tempo, uma instituição encarnada,

fundada sobre bases materiais bastante sólidas, e uma entidade espiritual, sagrada [...]. Ela não teria nenhum bem material se não lhe fosse reconhecido um imenso poder espiritual [...] (BASCHET, 2006, p.175).

Ainda no século XI e XII, a Igreja vai desempenhar papel fundamental no momento de crescimento da sociedade feudal. Na área da economia foi importante investindo recursos que só ela possuía e assim podia reformar e construir mosteiros e catedrais. Consoante a isso, no quesito da ordem espiritual vai oferecer a sociedade o que lhe é necessário, podendo ser visto nas cruzadas, oferecendo sonhos em meio aos tempos difíceis (LE GOFF, 2005, págs. 76 e 77). Assim, foi reservado para a Igreja um papel crucial na sociedade medieval. Pois ofertava sustentação, além de membros do clero, a exemplo de monges que viviam reclusos da vida secular, foram responsáveis por ajudar pessoas que passavam necessidades (CHAVES, 2015, p. 147).

Essas mudanças ocorreram a partir do ano mil, o qual marcou os seguidores de Cristo que receberam na visão de Raul Glauber com entusiasmo a sua chegada e clamaram pela paz, o que fez com que fossem renovados essas demonstrações e três anos após o ano mil, pôde ser visto um movimento de reparo das igrejas, mesmo que elas não estivessem precisando ser reformadas (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, págs. 77 e 78).

Além disso, como a Igreja não pode ser afastada e analisada da sociedade medieval e não cabe o significado de religião que existe nos dias atuais. O cristão medieval vai professar a sua fé através de atos, gestos e mediante as suas palavras durante a vida, ele vai nascer cristão, e isso tem o caráter herdado e firmado pelo batismo, que se dá pelo fato de nascer no cristianismo e não de opção religiosa (BASCHET, 2006, p. 168).

Ao contrário disso, para Alain Guerreau “só se tem a ganhar em considerar a Igreja a garantia da unidade da sociedade feudal, sua coluna vertebral e o fermento do seu dinamismo”². E ao considerarmos a Igreja através do sentido de assembleia, temos assim a sociedade e se utilizar enquanto instituição, temos o topo, o qual dita as normas primordiais para seu andamento (BASCHET, 2006, págs. 168 e 169).

Mesmo que ao afirmar no primeiro parágrafo que a Igreja é a instituição dominante do período medieval, isso não quer dizer que no uso de seus poderes ela não fosse questionada e pudesse se impor sem algum limite. Pois, existiam tensões, forças divergentes como: as práticas da aristocracia, expressões carnavalescas, práticas de fertilidade utilizada pelos homens do

²Baschet, Jérôme, A civilização Feudal: do ano mil à colonização da América. São Paulo, Globo, 2006. P. 169.

campo e a pobreza, sendo assim elementos que colocavam limites e questionavam esse poder da Igreja (BASCHET, 2006, págs. 244 e 245).

Durante o período que vai de 910 até 1099, a cristandade ocidental vai se movimentar para iniciar reformas, dentre elas o movimento reformador cluniano, reformas eclesásticas e voltaram sua atenção para suprimir a investidura das funções eclesásticas para as autoridades leigas, acabar com a compra de cargos e a simonia (TOYNBEE, 1979, págs. 544 e 545) que seu significado era:

A tradição cristã designava “simonia” a corrupção moral do clero, não só por meio do dinheiro, mas também segundo a formulação do papa Gregório Magno (540-604), quando a ordenação de um prelado envolvia a concessão de presentes, o pagamento por serviços prestados ou, simplesmente, favores ou acordos (RUST, 2013, p. 27).

Os movimentos foram realizados e possuíam iniciativa do papado, que havia sido reformado no século XI, com destaque a pessoa de Hildebrando que posteriormente se tornaria o papa Gregório VII. Desse modo com a Cúria reformada, ela não surtiu o efeito esperado de trazer a paz, mas sim a guerra pela espada (TOYNBEE, 1979, págs. 545 e 547).

Ao se tratar do ano mil, o qual é um período que possui seus resultados de desenvolvimento visíveis e aparecem de maior forma a partir do século XI. O medo no ano mil possui três teses diferentes, isso ocorre devido a tentativa dos iluministas envolverem a idade média no obscurantismo. (BASCHET, 2006, p. 98).

A primeira delas acredita na espera do final dos tempos, o que seria a consequência das mudanças feudais e do uso da violência senhorial. Já para outra corrente, os textos utilizados pela história social não possuem fundamentos que possam justificar tal medo durante esse período, o que ocorre é uma tensão social causada por conta da instituição de uma nova ordem feudal. Por fim, têm-se aqueles que se opõem as outras duas correntes aqui citadas, pois acreditam que não houve medo escatológico e nem mutação feudal (BASCHET, 2006, p. 99)

Ainda por volta do ano mil, o qual representa o milésimo ano da Paixão do Senhor, que por sua vez diz a respeito dos últimos momentos de Jesus Cristo na terra (da última ceia a sua morte na cruz) houve a Paz de Deus que buscava restaurar a paz para que assim fosse cumprido a santa fé. Assim como aconteceu a Trégua de Deus, um acordo firmado que proibia a violência de quarta-feira a domingo e a punição para aquele que desrespeitasse deveria ser banido da pátria e excluído da comunidade cristã ou até mesmo ter que pagar com a sua vida (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, págs. 78 a 80).

Sobre a Paz de Deus iniciada no século XI, citada anteriormente, foi instituída pela primeira vez no Sínodo de Charroux, realizado em 989, com intuito de se cumprir e respeitar a paz. Isso ocorre por conta da cristandade querer proteger o seu progresso que havia iniciado no século X e conforme Raul Glauber as pessoas tinham medo das calamidades que ocorreram no período anterior (LE GOFF, 2005, p.58).

Os dez anos anteriores ao Concílio de Clermont (1085-1095), foram difíceis especialmente para aqueles que estavam na camada mais baixa da sociedade, em razão de uma série de fatores, climáticos e de fome. Por isso, sem conseguir o contato com a Igreja, a qual deveria explicar sobre o que acontecia, essa massa de fiéis recorriam aos eremitas e aos homens considerados santos para fazer as suas penitências e devoções. Esse contato da população com esses homens que ofereciam a ajuda, foi importante para o movimento das cruzadas, dado a importância de Pedro, o Eremita (CHAVES, 2015, págs. 149 a 151).

2.1 A QUESTÃO DA GUERRA PARA IGREJA

Quando no ano de 1095 o líder da Igreja Urbano II inicia a cruzada no Concílio de Clermont, ele pretendia mover o estado de guerra que estava enraizado na sociedade ocidental para uma causa que fosse considerada justa. Nesse caso, os infiéis seriam para o papado e para a Igreja a causa justa (LE GOFF, 2005 p. 66).

Com o chamado do pontífice para a cruzada, esbarra numa questão antiga da Igreja que é o uso da violência. Os teóricos da guerra ficavam entre a ordenação de Cristo de amar os inimigos³, além de adotar posturas de não resistir, de ser manso, com as passagens que Jesus Cristo louvou a fé de um centurião sem fazer menção a profissão realizada por este e o fato dos apóstolos como Pedro andarem com espadas. Foi, portanto, através dessas questões que se desenvolve a teologia moral da violência (RILEY-SMITH, 2019, p.54).

Sendo assim, surgirá pensadores cristãos dispostos a enfrentar o pacifismo que havia desempenhado na Igreja primitiva. É nesse contexto que aparecerá Agostinho de Hipona (354-430), o qual acreditava que a violência só poderia ser utilizada através de sua aprovação por uma autoridade reconhecida para poder fazer tal declaração, que seria a “autoridade legítima” e com relação ao motivo, este não poderia ser para uso próprio com a finalidade de se glorificar,

³BÍBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém. Editora Paulus, Edição: 1ª. Ano 2002. Ano de Reimpressão: 13ª (2019). Mateus 5:43-44 “Ouvistes que foi dito: *Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo*. Eu, porém, vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem”.

deveria ser reativa e por uma causa justificada, a “justa causa”. Sendo o uso da violência última instância e motivada por amor (RILEY-SMITH, 2019, p.54).

As teorias levantadas por Agostinho foram retomadas no século XI, por papas que necessitavam justificar a violência em benefício da Igreja e assim buscavam aos eruditos. Afim de justificar a força utilizada pela Igreja trechos do texto de Agostinho foram retirados para que não houvesse contradição. Consoante a isso, a Igreja encontrou duas premissas para que o uso da violência fosse legitimado, a primeira era que Jesus Cristo ou Deus estivessem envolvidos sendo a autoridade; a segunda estava na dimensão ética de que a guerra apresentava uma natureza neutra (RILEY-SMITH, 2019, p. 56).

A violência apesar de estar presente na vida dos homens medievais, não faz parte de uma imagem e padrão a ser seguido por um cristão. Por isso, o clero para resolver esse embate entre guerra e paz, decide instituir a chamada Trégua de Deus, a qual definia quais eram os dias de paz e não poderia haver conflito. Outra medida tomada foi a Paz de Deus, para que a violência pudesse ser controlada e não ocorresse aos arredores de igrejas, abadias e mosteiros. O que para o historiador Tyerman teve uma interferência de forma direta no chamamento da primeira cruzada (FILIPPETTO, 2014, págs. 43).

O movimento bélico projetado por Urbano II possui características de guerra santa, pois um confronto armado pode ser sagrado se for estabelecida por Deus, ou pelos santos e anjos. De modo que, o que mais vai se aproximar da definição é o líder da Igreja, que no ocidente era o papa (FILIPPETTO, 2014, p. 42). Portanto com as cruzadas, o movimento lançado por Urbano II no Concílio de Clermont-Ferrand, o pontífice coloca-se como o chefe da cristandade, aproveitando assim do empreendimento (BASCHET, 2006, p. 93). Deste modo, ao se autoproclamar como líder da expedição mantém o caráter espiritual, não apenas de guerra através da espada (FILIPPETTO, 2014, págs. 35 e 36).

Ao se colocar no lugar de líder da expedição Urbano II, espera retirar os *milites* de suas terras e movê-los para o Oriente em uma guerra santa. Para formar seus exércitos conhecidos como *milites Dei* de homens e mulheres precisavam de um motivo que foi encontrado na luta pelos locais considerados sagrados, o qual era uma causa justa, dentro dos moldes definidos por Agostinho. Portanto, a cruzada pode ser associada com a guerra santa e a guerra justa, o que contribui para entender o movimento lançado no Concílio de Clermont.

3. O CONCÍLIO DE CLERMONT (1095)

O Concílio de Clermont, foi realizado no ano de 1095, na França, e teve como figura central o Urbano II (1088-1089), o qual era pontífice na ocasião (RUNCIMAN, 1973, p.112). Durante o Concílio, Urbano II fez o chamamento público de fiéis, com o objetivo de ajudar os cristãos do Oriente que precisavam resistir frente aos avanços feitos por turcos e árabes (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p.83). Esse discurso proferido por Urbano II, apresenta um debate historiográfico, devido à ausência de um texto do chamamento pontifício que pudesse ter a sua autoria comprovada (MARTÍNEZ, 2009, p. 223).

Sendo assim, a fala de Urbano II em Clermont vai lançar o movimento das cruzadas como uma “Guerra de Deus” e não o papa Gregório VII quando convoca ajuda, no ano de 1071, para os lugares considerados Santos e o Império do Oriente e vai expor a violência dos árabes considerados por ele como infiéis (BASCHET, 2006, p.92). No ano de 1071 ocorreu a Batalha de Mantizerk, entre os turcos seljúcidas e o império Bizantino que saiu derrotado. Essa batalha demonstra os avanços da chamada expansão demográfica dos árabes (FILIPPETTO, 2014, p. 37).

Consoante a isso, existe o debate acerca do papel de Jerusalém como objetivo e conta com duas opiniões diferentes. Os que não enxergam Jerusalém como ponto fundamental no discurso proferido no Concílio de Clermont e os que acreditam que a Terra Santa e os lugares sagrados sempre foram importantes para Urbano II (MARTÍNEZ, 2009, p. 224).

Para o historiador alemão Carl Erdmann, o qual vai defender que Jerusalém não era o ponto chave. Para ele o motivo principal era a liberação da Igreja Oriental, sendo assim, uma forma de responder o pedido de ajuda de Bizâncio. Com isso, Jerusalém assume uma posição secundária, sendo usada por Urbano II por conta da sua popularidade crescente, que ajudaria a atrair a peregrinação (GARCÍA, 2000, p. 357).

Em oposição a Erdmann e crítico de sua teoria estava o historiador inglês H.E.J. Cowdrey, para ele não era a ajuda aos gregos bizantinos o principal fator, para Urbano II o seu objetivo prioritário era de liberar Jerusalém. Sua posição é corroborada por outro historiador inglês J. Riley-Smith e os historiadores bizantinistas não apresentam problemas a essa visão. (MARTÍNEZ, 2009, p. 224).

Do lado dos árabes, eles não conheciam quais eram os reais motivos da multidão ocidental que os atemorizavam. Porém, sabiam que Aleixo I, o qual obtinha prestígio no Oriente e governava Bizâncio que estava situada a uma distância de três dias de caminhada de Nicéia, poderia recorrer aos ocidentais para lhe ajudar em seus objetivos de recuperar as terras perdidas

(MAALOUF, 1994, p. 18). Isso se dá por conta da relação existente entre Aleixo e Urbano II, desde que este assumiu o pontificado romano (RILEY-SMITH, 2019, p.64).

De fato, o pedido de ajuda dos bizantinos, veio através da carta enviada por Alexius Comnenus, como também era conhecido o Aleixo I, então imperador de Bizâncio a Urbano II. O imperador bizantino, obteve sucesso reconquistando terras na Ásia Menor, porém não tinha recursos suficientes para reaver todos os territórios em posse dos turcos, sendo necessário a ajuda do Ocidente. Outro motivo foi a necessidade de soldados para o império Bizantino, pois não havia o suficiente lá, o que estimulou esse pedido (BARLETT, 2002, págs. 27 e 58).

Para Urbano II, havia vários motivos para responder positivamente, pois ele acreditava na eficácia espiritual de uma expedição, além de poder obter uma vantagem conduzindo os líderes dos exércitos para fora da Europa, pois seu poder poderia danificar a Igreja e o cristianismo. Além desses motivos, vale ressaltar que Urbano II precisava aumentar a sua força enquanto autoridade, pois tinha lutado contra o antipapa (BARLETT, 2002, págs. 58 e 59).

Em vista disso, o Concílio foi necessário ser realizado ao ar livre fora dos limites da cidade, próximo a porta Oriental, pois a catedral não tinha capacidade para a multidão que estava presente (RUNCIMAN, 1973, p.112). Para Barlett, “era uma verdadeira congregação, tão grande que não cabia na catedral”⁴. Esse número de presentes no Concílio é contestado por Joshua Prawer, o qual acredita que não poderia haver tantos espectadores, conforme os relatos de cronistas (CHAVES, 2015, p. 26).

O pronunciamento do papa no Concílio foi recebido de acordo com Foucher de Chartres com emoção dos presentes tanto os clérigos, quanto os leigos, o que é explicado pelo caráter homogêneo de seu público (CHAVES, 2015, págs. 24 e 27). Para Alain Demurger, o discurso não foi espontâneo e sim preparado anteriormente (CHAVES, 2015, p. 24). Entretanto, o discurso proferido por Urbano II, apresenta um debate historiográfico, devido à ausência de um texto do chamamento pontifício que pudesse ter a sua autoria (MARTÍNEZ, 2009, p. 223).

Esse entusiasmo dos presentes ao discurso de Urbano II, que reagiram com euforia pode ser visto no grito da multidão “*Deus Le Volt*”, que significa Deus quer, em aprovação ao que foi dito pelo pontífice (BARLETT, 2002, p. 61). Contudo, o discurso que ficou conhecido como a abertura da Primeira Cruzada não foi o único assunto tratado por Urbano II em sua visita à França, que convivia com a questão do abuso do Clero (CHAVES, 2015, p. 24).

Com isso, o papa pretendia normalizar a situação da Igreja e resolver outros assuntos. Sendo assim, o pontífice tratou de render homenagens à tumba do abade San Mayolo e de

⁴Barlett, W. B. História ilustrada das Cruzadas, São Paulo, Ediouro, 2002. p. 58.

organizar os assuntos da Igreja da França, além de excomungar o rei Felipe por adultério e o bispo de Cambrai por simonia (RUNCIMAN, págs. 111 e 112) sendo os outros assuntos tratados.

Entre os que estavam reunidos para o Concílio estavam os estrangeiros representados em um número pequeno, estando presente a delegação espanhola, italianos que acompanhavam o papa e em bom número a delegação alemã. Os ingleses não estavam presentes, pois não tinham permissão do seu rei para atravessar terras francesas. Vale ressaltar que da nobreza apenas Raymond Saint-Gilles estava representado e não havia nenhum príncipe (CHAVES, 2015, págs. 26 e 27). Posto isto, não é possível caracterizar quem era um cruzado, visto que entre eles estavam pessoas de origens diferentes, com isso, cultura e línguas diferentes (FILIPETTO, 2014, p. 35).

O papa Urbano II, por ser francês e membro de cluny, esperava-se que o seu discurso no Concílio de Clermont-Ferrand fosse obter resultado na parte mais alta da sociedade, por estarem lá os barões, capazes de cumprir os objetivos. Para a camada mais abaixo da sociedade, que de acordo com a teoria da monarquia papal de Brett Whalen, não possuía contato com o pontífice por conta da hierarquização da Igreja, vai surgir um personagem importante para suprir esse espaço de diálogo, conhecido como Pedro, o Eremita. (CHAVES, 2015, p. 148).

3.1 FOUCHER DE CHARTRES E O CONCÍLIO DE CLERMONT

Foucher de Chartres (1058-1126), foi um cronista que escreveu sobre o discurso do pontífice no Concílio de Clermont e sua expedição ao Oriente na primeira cruzada a serviço de Estevão Bois e depois Balduíno I, quando partiu rumo a Edessa e Jerusalém, local onde veio a falecer. Mas, seus relatos permaneceram como fonte de estudo e se espelharam por todo o Ocidente (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, págs. 289 e 290).

No tocante ao discurso, que aconteceu no decorrer do Concílio de Clermont, em 1095, Urbano II, utilizando de seu poder, chama aqueles que estavam presentes e pede para os que combatiam em guerras privadas contra fiéis e mercenários, passassem a levar a Cruz e fossem soldados de Cristo. Em troca, concedeu perdão dos pecados para quem morresse na viagem ou em batalha contra os pagãos (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p.83). De tal modo, que o pontífice declara para aqueles que aceitaram o chamado, que o sinal da cruz servirá como penitência e assim terá sua alma salva (BASCHET, 2006, P. 94). Sendo assim:

[...] É urgente levar com diligência aos nossos irmãos do Oriente a urgência tão necessária no momento presente. Os turcos e os árabes atacaram e avançaram pelo território da România até a parte do Mediterrâneo chamada o Braço de São Jorge e penetram mais a cada dia nos países cristãos; [...] Se vós deixardes isto sem resistência, estenderão os seus exércitos ainda mais sobre os fiéis servidores de Deus. [...] à ordem do papa, todas essas cruzes de seda, de ouro ou de pano, de qualquer classe que for, foram pregadas pelos peregrinos nas suas costas, nos seus mantos, nas suas túnicas ou vestes, uma vez que tinham feito o voto de partir (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, págs. 83 e 84).

Esse apelo, retratado anteriormente, foi descrito por Foucher de Chartres (1058-1126), o qual estava presente no momento do discurso do Concílio de Clermont, e posteriormente reproduziu o chamado do papa Urbano II, escrevendo em sua crônica intitulada de *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinatium* (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, pág.289).

A crônica está dividida em três livros, sendo eles: “o primeiro até a morte de Godofredo de Bulhões (1100); o segundo, até a morte de Balduíno I (1118); e o terceiro termina em 1127”⁵. Sendo de extrema importância para conhecer os acontecimentos da Primeira Cruzada, além de ser fonte para historiadores (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, págs.289 e 290).

Foucher de Chartres é fundamental para o entendimento do Concílio, uma vez que, ele estava presente no momento que aconteceu, transformando-se em testemunha, atendendo o chamado e partindo para o Oriente a serviço do seu senhor, Estevão de Bois e posteriormente, servindo a Balduíno I. Ademais, participou da expedição a Edessa e Jerusalém, e por conseguinte, da Primeira Cruzada (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, págs.289 e 290).

Segundo Filippetto (2014), a existência de Foucher de Chartres só é reconhecida por conta dos seus relatos como participante da Primeira Cruzada, não havendo informações da sua vida em período anterior. Posto isto, só se tem conhecimento daquilo que ele escreveu pelo fato da sua presença na obra como narrador, participante e testemunha (FILIPPETTO, 2014, p.79)

Com relação a crônica, citada anteriormente, esta deve ser lida levando em consideração que o autor só a escreveu após realizar seus feitos anos depois dos acontecimentos narrados, portanto, ele não pretendia reproduzir o que foi dito de forma exata por Urbano II no Concílio (RUNCIMAN, 1973, p.112). Portanto, deve ser levado em consideração que a versão do cronista Foucher de Chartres passou por um processo de seleção a critério próprio e posterior com a Cruzada já realizada (MARTÍNEZ, 2009, p. 223).

⁵PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média: textos e testemunhos, São Paulo. Ed. Unesp, 2000, p. 290.

Sendo assim, tal ato não invalida e nem impede que o Concílio venha a ser analisado a partir de seus textos que trazem relatos desse período. Dessa forma, a crônica de Foucher de Chartres é dividida em três livros que contam com diferentes tipos de narrativas e possuem relações entre eles. O livro I, segundo Filippetto (2014):

[...] compila informações sobre o acontecimento da expedição para Jerusalém, foi escrito após a finalização da jornada. Rememorando os mais de 4 anos entre sua instalação na Cidade Santa e a convocação por Urbano II no concílio de Clermont - Ferrand, utilizando-se além da própria memória da referência aos outros dois relatos escritos de participantes da jornada (FILIPPETTO, 2014, págs. 92 e 93).

Deste modo, deve ser lido conforme o alerta de Steven Runciman, citado anteriormente, devido ao autor utilizar da sua memória para descrever o que houve no Concílio de Clermont e os quatro anos posteriores. Foucher de Chartres inclui em sua obra não apenas os acontecimentos da expedição que presenciou, mas também, aqueles aos quais não estava presente (FILIPPETTO, 2014, p. 94).

Já nos livros II e III, a narrativa do autor muda devido ao fato de que:

[...] os acontecimentos foram redigidos quase simultaneamente, já que o registro foi feito de forma cotidiana. Ou seja, o cronista fez de seu trabalho historiográfico, um processo de escrita quase como o de um diário, realizado em blocos (FILIPPETTO, 2014, p. 93).

Por conseguinte, a forma de escrever do autor muda conforme a distância de quando ocorreu o acontecimento, até quando foi escrito. Em razão disso, o Livro I, por apresentar o maior intervalo de tempo se diferencia dos Livros II e III, já que, estes são escritos no momento que Foucher de Chartres está vivendo em sua jornada por Jerusalém. Consoante a isso, outra diferença apresentada é que a opinião do autor e seu ponto de vista dos acontecimentos vão se modificando com o passar dos Livros (FILIPPETTO, 2014, p.93).

O idioma a ser empregue na escrita do texto foi o latim, uma vez que ele era considerado idioma sagrado, sendo usado em missas, sacramentos e momentos oficiais eclesiásticos. Portanto, Foucher de Chartres, sendo um homem erudito, utilizava o idioma latino para a escrita, assim como para ler obras de períodos anteriores. Além da atuação como escritor, tinha como sua função principal a de ser clérigo, atuando como capelão (FILIPPETTO, 2014, p. 97).

A importância de Foucher de Chartes, está além de ser o relato de um cronista que participou do Concílio e dos percalços da viagem até Jerusalém, ele utiliza de outras fontes para compor a sua obra. Além de ter tido tempo para poder organizar e estruturar a sua obra, ele foi um dos poucos presentes e testemunha (FILIPPETTO, 2014, págs. 50 e 51). Ademais, em sua

escrita não conta apenas com relatos de suas viagens, sabemos que de acordo como ele escreve, a sua participação nos eventos foi ativa e não só de testemunha (FILIPPETO, 2014, p. 80)

4. AS CRUZADAS NA HISTORIOGRAFIA

Com relação a historiografia das Cruzadas, esta possui três correntes diferentes, sendo divididas em: tradicionalistas, os quais acreditam que somente é cruzada aquelas que tiveram como seu objetivo a Terra Santa. Já os pluralistas qualificam cruzadas não só as que tinham como destino a Terra Santa como acreditam os tradicionalistas, mas também outras campanhas como a Reconquista, sendo assim buscam não delimitar o sentido de cruzada. E por fim, aparecem aqueles que defendem uma posição intermediária entre os tradicionalistas e pluralistas, a exemplo do historiador inglês Christopher Tyerman, o qual valoriza o elemento popular como definidor da Cruzada (GARCÍA, 2000, págs. 349 e 350).

Enquanto, os muçulmanos objeto das cruzadas da cristandade possuem uma historiografia diferente da tratada anteriormente, possuindo características próprias. Portanto, a historiografia árabe, segundo Sivan, possui elementos que a influenciaram, sendo eles: a influência francesa em seu círculo cultural nos países Líbano e Síria; o contato com a historiografia ocidental, citada anteriormente; além do esforço e desenvolvimento de estudos históricos no mundo árabe, em particular do Egito (GARCÍA, 2000, P. 354).

De modo que, o mundo árabe possui escolas de pensamento que podem ser diferenciadas entre elas. Sendo organizado de maneira cronológica temos a primeira delas, que enxergava o fenômeno das cruzadas dentro do processo de enfrentamento entre o Islam e o Cristianismo, portanto a cruzada como uma resposta do mundo ocidental a conquista árabe, essa visão era muito presente até a segunda guerra mundial (GARCÍA, 2000, págs. 354 e 355).

Posteriormente, passaram a ver a cruzada como um primeiro processo do colonialismo europeu, reafirmado os processos que aconteceram nos séculos XIX e XX, relacionando assim a cruzada ao Imperialismo. Por último, temos a ideia exposta por Aziz Atiya, que “[...] vê as cruzadas como um produto do tradicional confronto Leste-Oeste, que vem desde a antiguidade e chega até a atualidade”⁶, o que pode ser visto na historiografia ocidental no trabalho de Steven Runciman (GARCÍA, 2000, págs. 354 e 355).

⁶GARCÍA, José Manuel Rodríguez. *Historiografía de las Cruzadas*, 2000, p. 355. “[...] ve as cruzadas como un producto de la tradicional confrontación Este-Oeste, que mana desde la antigüedad y que llega hasta la actualidad”.

Portanto, a Cruzada apresenta diversos conceitos, por consequência não é um consenso entre os historiadores. Para o historiador Jonathan Riley-Smith, “trata-se de uma guerra santa pela primeira vez proclamada pelo Papa em nome de Cristo, cujos participantes recebiam tratamento de peregrinos, se comprometiam mediante votos e disfrutavam de indulgências”⁷ (MARTÍNEZ, 2009, p.218).

Já para G. Constable, adepto da teoria pluralista, deve ser utilizado um sentido mais amplo para compreender, sendo toda campanha proclamada pelo Papa e seus contemporâneos como cruzada, independentemente do seu objetivo ou frente. Entretanto, Atiya possui outra definição, marcada pela sua visão oriental de enfrentamento entre Oriente e Ocidente, logo, a cruzada é vista como uma conclusão e manifestação desse embate, sendo assim, a solução franca para o problema Oriental (GARCÍA, 2000, p. 362).

Autores como Adolf Waas, vão destacar o caráter religioso do movimento, para ele o cavaleiro como vassalo de Deus é fundamental, valendo-se da espiritualidade do povo e da cavalaria, atacando a visão colonialista de autores como Grousset, que entendia a cruzada como guerra sancionada ou abençoada pela Igreja e utilizava da perspectiva de que os estados europeus eram metrópoles (GARCÍA, 2000, págs 359 e 364).

Já Steven Runciman, adepto da teoria singularista, não dá uma definição de cruzada, mas por sua obra entende-se que só considera como cruzada a com destino a Jerusalém, dessa forma só a primeira sendo a verdadeira, apesar de aceitar as outras. Vale ressaltar E. O. Blake, o qual diz que o problema é em parte terminológico, pois as cruzadas mudaram e evoluíram, consequentemente as suas motivações mudavam, sendo a primeira como modelo, pois uniu os ideais de guerra e peregrinação (GARCÍA, 2000, págs. 361 e 364).

Entretanto, a utilização do termo cruzada não era conhecida e utilizada por seus contemporâneos e nem tinham conhecimento de que a cruzada convocada por Urbano II era a primeira. Como consequência, o historiador medievalista Michel Balard, utiliza peregrinação armada para definir as expedições bélicas da cristandade ocidental (FILIPPETTO, 2014, p. 137).

Outro fator a ser debatido na historiografia é a ida de cristãos a Jerusalém como peregrinação, que começa nos primeiros séculos do cristianismo e tem como objetivo purificar

⁷MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. Definición de cruzada: estado de la cuestión. Universidad Autónoma de Madrid. Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, ISSN 1698-4374, Nº. 6, 2009 (Ejemplar dedicado a: Guerra y violencia en la Edad Media), págs. 216-242. “[...] se trata de una guerra santa por vez primera proclamada por el Papa em nombre de Cristo, cujos participantes recibían o tratamiento de peregrinos, se comprometían mediante votos y disfrutaban de indulgencias” (Tradução minha).

o pecador, sendo então uma forma de penitência. Desse modo, Riley-Smith admitindo a centralidade de Jerusalém no discurso de Urbano II no Concílio de Clermont, acredita que a cruzada se transformou em peregrinação, pois acredita que o pontífice atribuiu aos cruzados o estatuto de peregrino, assim como a utilização do símbolo da cruz estava associado a peregrinação. Para o historiador alemão Eberhard Mayer, a cruzada é uma consequência da ideia de peregrinação, assim como, os cristãos que formaram o exército da primeira cruzada se consideravam como peregrinos (MARTÍNEZ, 2009, págs. 228 e 229).

Já para o historiador francês Jean Flori, a peregrinação não foi primordial no pronunciamento de Urbano II, visto que, a ideia se enfraquece ao ser comparada com o projeto militar da cruzada. O cruzado só se tornaria um peregrino depois da conquista do Santo Sepulcro. Para Tyerman, a peregrinação só foi incorporada posteriormente com Pascual II, uma vez que só vai se referir tempos depois, quando cita a ação dos cristãos já na Terra Santa (MARTÍNEZ, 2009, p. 229).

4.1 A PRIMEIRA CRUZADA (1096-1099)

A Primeira Cruzada aconteceu no ano de 1096, no ano posterior ao Concílio de Clermont, organizado por Urbano II. O qual, seu apelo alcançou as pessoas rapidamente através dos bispos, arcebispos, abades e presbíteros que levavam o discurso e a mensagem do Evangelho presente no livro de Mateus⁸, para as demais regiões (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 84).

De forma que os discursos encontraram pessoas dispostas a seguir o caminho da peregrinação e rumar a Jerusalém em busca da Terra Santa. Entre os que atenderam ao chamado de Urbano II estavam pessoas da cidade e os camponeses que representaram a maior parte dos adeptos, caracterizando assim, uma expedição popular. Sendo então, o elo de ligação entre eles o ardor pela fé (RUNCIMAN, 1973, p. 125).

Ao aceitar o chamado no momento em que recebiam a cruz, os cruzados aceitavam o voto com a penitência que estava implícita no momento em que eles escolheram se livrar da culpa e com isso, sua renúncia encaminhava a redenção. Portanto, esse voto seria o firmamento

⁸BÍBLIA. Português. Bíblia de Jerusalém. Editora Paulus, Edição: 1ª. Ano 2002. Ano de Reimpressão: 13ª (2019). Mateus 16:24-25, Então disse Jesus aos seus discípulos: “Se alguém vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Pois aquele que quiser salvar sua vida, a perderá, mas o que perder a sua vida por conta de mim, a encontrará”.

formal de que se aceitava livremente a peregrinação como penitência (MARTÍNEZ, 2009, págs. 230 e 231).

Portanto, apesar de Albreth Noth não acreditar no voto antes da tomada de Jerusalém, essa questão do voto está presente no texto de Foucher de Chartres quando Urbano II faz o chamado (MARTÍNEZ, 2009, págs. 230 e 231). Além disso, tem se conhecimento que Chartres assume o compromisso do voto de peregrino e abraçou a cruz antes de partir (FILIPPETTO, 2014, p. 80).

[...] o bispo de Puy aproximou-se do papa, o rosto resplandecente, e-prostando-se de joelhos, pediu a autorização e a bênção para partir. Depois, recebeu do pontífice o mandato de que todos obedecessem e o encarregou da direção da empresa. [...] à ordem do papa, todas essas cruzes de seda, de ouro, ou de pano, de qualquer classe que for, foram pregadas pelos peregrinos nas suas costas, nos seus mantos, nas suas túnicas ou vestes, uma vez que tinham feito o voto de partir (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 84).

Vale ressaltar, que os votos daqueles formavam os exércitos da cristandade ocidental era um ato voluntário, feito por homens e mulheres que aceitaram o chamado do papa livremente. O pontífice não poderia punir aqueles que não aceitassem fazer o voto, o que ele poderia fazer era ameaçar uma punição espiritual (RILEY-SMITH, 2019, p. 58).

A camada mais pobre da sociedade foi o lugar em que o discurso de Urbano II mais deu fruto, por esse motivo ele tentou restringir que essas pessoas fossem, o que não foi possível. Como resultado disso, encontravam-se no exército de cruzados velhos, mulheres e crianças, também estavam nobres de nível mais baixo e homens de boa idade para lutar mal armados por conta dos custos para conseguir uma arma (BALETT, 2022, págs. 64 e 65).

Com isso, para liderar essa camada que se encontrava mais abaixo da sociedade e que não era alvo das mensagens de Urbano II, surgiu a figura de Pedro, o Eremita. O qual, considerava que comandar os fiéis rumo as terras sagradas era a sua missão dada por Cristo, oferecendo assim a possibilidade de um lugar que eles não possuíam na sociedade, o que seria considerado uma transformação (CHAVES, 2015, p. 153).

De modo que esses guerreiros ocidentais eram estranhos para os árabes, pois eles não pareciam com os mercenários que eles já conheciam, dificultando assim o sultão Kilij Arslan saber qual era de fato o perigo que esse povo trazia, sendo necessário pedir aos seus vigilantes que o mantivesse informado (MAALOUF, 1994, p. 19).

Então “começaram sem demora a costurar cruzes sobre o ombro direito, dizendo que queriam unanimemente seguir as pegadas de Cristo, pelas quais haviam sido regatados do poder

do Tártaro”⁹. Esse trecho do texto trazido por Pedrero-Sánchez está dentro do que William J. Purkis traz como o ideal de *imitatio Christi*, que para ele foi um ponto central espiritual e na consciência dos que narraram a primeira cruzada. Pois para o autor, o símbolo da cruz era a visualização da *imitatio Christi* (MARTÍNEZ, 2009, págs. 220 e 221). O símbolo da cruz nas suas vestimentas foi reconhecido pelos árabes (MAALOUF, 1994, P. 19).

Com isso, o sinal da cruz utilizado pelos que a abraçaram, sejam eles peregrinos, atletas de cristo, cruzados ou soldados de Cristo, independente do termo utilizado, conferiam um sinal de distinção na sociedade e conferiam a eles uma relação com seu voto, por conseguinte sua relação com a Igreja (DUARTE, 2018, p. 326).

De modo que temos a cruz nesse período para o Ocidente um símbolo de triunfo e quando esses cruzados a carregavam em sua veste, a Igreja dava um significado e reconstruía o que Constantino tinha feito com aqueles primeiros cristãos ainda no século IV. Sendo assim, a Igreja dava aos cruzados o que eles esperavam da peregrinação e puderam assim, dar um significado verdadeiro a cruz (LE GOFF, 2005, p.67).

Os motivos dos que aceitaram a peregrinação proposta foram diversos. Entre eles cumprir o juramento de fidelidade, visto que nesse período existia a vassalagem, “laço contratual que unia dois homens livres, o senhor [...] e o vassalo”¹⁰. Outros que fizeram adesão tinham como objetivo peregrinar à Terra Santa, fazer riqueza no Oriente e de se aventurar, além de ir em busca de oportunidades (CHAVES, 2015, págs. 33 e 34).

Como resultado dessa primeira cruzada, os cristãos ocidentais conseguiram conquistar Antioquia e Edessa, dos Seljúcidas e Jerusalém dos Fatímidas. Resultado esse, que Imperadores não haviam conquistado anteriormente (Nicéforo II, Focas e João Tzimiscas) com ajuda do Império Bizantino. (TOYNBEE, 1979, p. 541) Fato esse definido por Toynbee (1979, p.541) como: “[...] um notável feito financeiro, logístico e estratégico”.

Assim, quatro anos depois do discurso proferido por Urbano II em 1095 no Concílio de Clermont, o então pontífice da Igreja, definiu os objetivos de liberar os locais considerados santos para cristandade, para poder fazer a peregrinação e então colocar sob o controle o cristão, expulsando os turcos considerados infiéis. Então, os cristãos ocidentais conseguiram através dessa primeira cruzada conquistar e até superar as expectativas com os objetivos iniciais (FILIPPETTO, 2014, págs. 136 e 137).

⁹PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média: textos e testemunhos, São Paulo. Ed. Unesp, 2000, p. 85.

¹⁰Franco Júnior, Hilário. A Idade Média, nascimento do Ocidente, p.186.

Temos de aceitar que muitos homens e mulheres estavam preparados para sacrificar riqueza, saúde, até a vida, em uma causa que acreditavam ser justa e mesmo salvífica. Suas ações foram expressões individuais de uma piedade que nos pode ser estranha, mas que era muito real para eles (RILEY-SMITH, 2019, p.60).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cruzadas tiveram como marco inicial a pregação do pontífice da Igreja romana Urbano II. O qual aproveitou sua visita a França para chamar a cristandade ocidental a pegar em armas para combater no Oriente e retomar as terras consideradas santas de Jerusalém, um local importante que recebia peregrinos todos os anos que buscavam pagar seus pecados.

Consoante a isso, seria impossível trabalhar as temáticas das cruzadas sem tratar do discurso proferido por Urbano II. Apesar da falta de um documento oficial que retratasse o que foi dito e feito durante o Concílio, a sua existência encontra-se em textos e crônicas como a de Foucher de Chartres que a retratou em sua obra *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinatum*, é através de obras como esta que a Igreja, principal instituição da Idade Média, perde o controle sobre o que é escrito.

Portanto, o contato com o Concílio de Clermont e as primeiras expedições que partiram em direção ao Oriente, é dado através de relatos escritos em crônicas. Com relação ao Foucher de Chartres esses acontecimentos não foram apenas narrados por uma testemunha e sim por uma pessoa que participou ativamente e utilizou de fontes para escrever, o que o tornou importante para os estudos e sua crônica pode ser utilizada como fonte.

Em vista disso, as cruzadas movimentaram um grande número de pessoas do Ocidente para o Oriente em busca de conquistar os objetivos religiosos como a ajuda aos irmãos de Bizâncio e de conquistar o local sagrado de Jerusalém, mas para alguns cruzados era uma oportunidade de começar uma nova vida, em um novo lugar.

Esses fatores somados acabaram contribuindo para que a primeira cruzada, considerada pelos adeptos da teoria tradicionalista, a única e verdadeira se tornasse em uma expedição popular, devido ao grande número de camponeses. O que causou estranheza para os árabes que não estavam acostumados a ver os guerreiros ocidentais vestidos daquela forma.

Entre os que aceitaram o chamado de Urbano II e fizeram o voto de partir, carregavam nas suas roupas uma cruz que estabelecia a relação dos participantes com a Igreja. Além de ser

uma forma de distinção da sociedade, esses guerreiros e peregrinos eram identificados por seus inimigos árabes.

Mas para que isso ocorresse, a Igreja precisou resolver questões como o uso da violência que ia de encontro aos ensinamentos de Jesus Cristo presentes por exemplo no sermão do monte (Mateus capítulos 5-7). O uso da espada pelos cristãos passou a ser possível devido aos eruditos no século XI, os quais revisitaram o texto escrito por Agostinho de Hipona que falava sobre a guerra, retirando as contradições da obra.

Outro fator determinante para o acontecimento das cruzadas, foi a reforma papal que teve como personagem principal o papa Gregório VII, que aumentou o poder da autoridade da Igreja Romana. Mas que não surtiu o efeito esperado de trazer a paz esperada, esse poder concedido ao líder Igreja acabou por trazer a espada para a vida da cristandade ocidental. Essas transformações em que a sociedade passou por volta do ano mil, como o crescimento econômico e demográfico, possibilitou o envio de cristãos para o Oriente no movimento das cruzadas, o que antes do ano mil não seria possível de ser realizado. Pois, a Igreja investiu recursos para reformas, além de oferecer sonhos em meio a tempos difíceis.

De modo que, acredita-se que o presente trabalho logrou êxito em responder a problemática proposta do papel da Igreja no Concílio de Clermont, o qual efetivou a primeira cruzada. Pois, a partir da análise feita acerca da Igreja e da sociedade dentro do contexto medieval, retratam os principais pontos da expedição e do debate historiográfico sobre o assunto das Cruzadas.

Sendo assim, conclui-se que o movimento da cristandade para o Oriente só foi possível devido as ações da Igreja e do papado ocorridos durante ao Concílio de Clermont, o qual o Papado convocou os fieis para liberar os locais santos de Jerusalém e ajudar Bizâncio contra os árabes e os infiéis. Como consequência do Concílio de Clermont, houve a Primeira Cruzada, uma expedição que reuniu cristãos ocidentais que foram ao oriente cumprir os objetivos expostos pelo Pontífice.

Por fim, espera-se que a abordagem historiográfica presente nesse trabalho sirva para contribuir outros estudos que trabalhem com a temática aqui retratada.

6. REFERÊNCIAS

BARLETT, W.B. **História ilustrada das cruzadas**. São Paulo: Ediouro, 2002.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Editora Paulus, Edição: 1ª. Ano 2002. Ano de Reimpressão: 13ª (2019).

CHAVES, Thiago de Souza Ribeiro. **Urbano II em Clermont-Ferrand: A pregação da Primeira Cruzada**. Dissertação de Mestrado. História, Sociedades e Tradições: lógicas discursivas e práticas políticas, Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2015.

DUARTE, Magda Rita Ribeiro de Almeida. **Roma locuta, causa finita?: A construção da plenitude de poder e as estratégias políticas aristocráticas no Languedoc (séc. XII e XIII)**. Dissertação de Mestrado. História, Sociedades e Tradições: lógicas discursivas e práticas políticas, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2018.

FILIPPETTO, Felipe Vieira. **Dios lo volt!: peregrinação e cruzada na crônica de Foucher de Chartres**. Dissertação de Mestrado. História, Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GARCÍA, José Manuel Rodríguez. **Historiografía de las Cruzadas**. Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, Hª Medieval, t. 13, 2000, págs. 341-395.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru - SP: Edusc, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média: conversa com Jean-Louc Pouthier**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MAALOUF, Amin. **As Cruzadas vistas pelos Árabes**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. **Definición de cruzada: estado de la cuestión**. Universidad Autónoma de Madrid. Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, ISSN 1698-4374, N°. 6, 2009 (Ejemplar dedicado a: Guerra y violencia en la Edad Media), págs. 216-242.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: Textos e Testemunhas**. São Paulo: UNESP, 2000.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas: uma História**. Campinas-SP: Ecclesiae, 2019.

RUNCIMAN, Steven. **Historia de las Cruzadas, vol. 1: La Primera Cruzada y la Fundación del Reino de Jerusalén**. Madrid: Alianza Editorial, 1973.

RUST, Leandro Duarte. **A guerra como sacramento: bispos e violência antes das cruzadas (850-1050)**. Revista de história, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 207-230, 2016.

RUST, Leandro Duarte. **A Reforma Papal (1050-1150): Trajetórias e críticas de uma história**. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

TOYNBEE, Arnold. **A Humanidade e a Mãe Terra: Uma História Narrativa do Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.